



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL**

Representação nº 51/2022 – G2P

URGENTE

O Ministério Público que atua junto a esse Tribunal, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e fiscalizar sua execução, no âmbito das contas do Distrito Federal, fundamentado no texto do artigo 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF; dos artigos 1º, inciso XIV e § 3º, e 76 da Lei Complementar 1/1994 - LOTCDF; e do artigo 54, inciso I, do RITCDF, vem oferecer a seguinte

REPRESENTAÇÃO

Como é sabido, a pobreza menstrual é uma matéria que, em boa hora, ganhou espaço no debate político-jurídico nacional. A condição é caracterizada pela falta de acesso a recursos, infraestrutura e até conhecimento por parte das mulheres para cuidados envolvendo a própria menstruação. Segundo a ONU, a ausência de condições sanitárias mínimas para que as pessoas possam gerenciar sua menstruação é uma violação de direitos humanos e uma condição que distancia o país do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹.

No Brasil, a Lei nº 14.214/21 criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. A norma determina que estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias recebam, de forma gratuita, absorventes para sua higiene pessoal.

¹ <https://brasil.un.org/index.php/pt-br/129009-fundo-de-populacao-da-onu-e-unicef-lancam-relatorio-sobre-pobreza-menstrual-no-brasil>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Muitos estados desenvolveram leis específicas de promoção da dignidade menstrual, com entrega de absorventes, por exemplo, nas escolas². No DF, foi promulgada a Lei nº 6.779/21, no entanto, descumprida.

Visando entender esse fenômeno, o MPCDF diligenciou a respeito, expedindo o Ofício nº 294/2022-G2P³:

1) é verdadeira a informação relacionada com o link abaixo de que não está sendo cumprida no DF a Lei 6779/21? Se verdadeiro, informar, objetivamente, quais são os empecilhos para que a norma seja cumprida?

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/01/16/pobreza-menstrual-sancionada-ha-1-ano-lei-que-garante-distribuicao-de-absorventes-segue-sem-implementacao-no-df.ghtml>

2) Apresentar cronograma de cumprimento da lei, com informação sobre os setores e agentes públicos responsáveis por cada etapa; previsão de aquisição (quantidade); realização de licitação; etc. Na impossibilidade de atendimento, motivar;

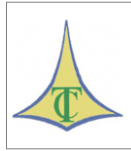
3) Quaisquer informações que V.Exa. quiser acrescentar.

As respostas foram apresentadas pelo Ofício nº 5.873/2022 - SES/GAB), confirmando o descumprimento da norma:

“Informamos que a padronização dos absorventes foi realizada em conjunto com a Comissão de Padronização de Mobiliários Assistenciais e de Produtos para a Saúde em Hotelaria - CPMAPSH-, conforme comprometimento registrado no Despacho SES/SINFRA/DIAOP/GHS (67725931 e páginas 55 a 57 do Sei 91967364 deste processo). Neste mesmo documento, informamos, ainda, a necessidade de previsão orçamentária e de análise jurídica para que a área competente pudesse viabilizar **a criação de um Programa de Trabalho, Natureza de Despesa e Fonte de Recurso**, a fim de que os absorventes cumpram a finalidade parlamentar. (...) Contudo, esta gerência padronizou os referidos itens e os registrou no Despacho SES/SINFRA/DIAOP/GHS (76705106 e página 63 a 65 do Sei 91982459). Neste documento reforçamos que o coletor menstrual não faz parte do catálogo da GHS e nem dispõe de profissional habilitado tecnicamente para a padronização do coletor menstrual. Isto posto, esta Gerência de Hotelaria em Saúde,

² <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/08/5029165-nova-lei-se-mostrou-insuficiente-para-reduzir-a-pobreza-menstrual.html>

³ Sob o e-DOC C5651EEE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

GHS, juntamente com a CPMAPSH evoluíram para a realização de estudo científico, levantamento de dados, consulta a vários órgãos e por fim a padronização dos itens solicitados como relatado no Despacho mencionado no parágrafo acima, no entanto o processo ainda carece de decisão estratégica quanto a emissão do parecer do Núcleo de Judicialização com relação aos tramites legais, como será a logística de aquisição/distribuição à população alvo, e quem será responsável pela devida programação do insumo em tela órgão, visto que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal foi o órgão responsável pelo estudo do levantamento de dados para informar a quantidade a ser adquirida - Despacho SEDES/SEEDS - 66719097 e páginas 42 a 43 do Sei 91967364. Assim, considerando que **os itens já foram padronizados** pela GHS e são programados pela Subsecretaria de Logística em Saúde - SULOLOG; Considerando, ainda, que cabe a **SULOLOG distribuir insumos para a rede SES, em eventual aquisição diretamente pela SES, questiona-se a logística da distribuição dos absorventes às mulheres**, (...) sugerimos gestões junto à SUPLANS, bem como junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal para verificar **se cabe de fato a esta Secretaria de Estado de Saúde ser gestora da presente aquisição, uma vez que entendemos que talvez coubesse a este órgão apenas participação técnica**".

Como se vê, são inúmeras as tentativas de justificar o descumprimento da norma. A padronização técnica, já superada, não foi suficiente, alegando-se questões orçamentárias, incabíveis, e, até mesmo, quem deveria cumprir a norma.

Ora, a Lei nº 6.569/20 instituiu a Política de Atenção Integral à **Saúde da Mulher** – PAISM no Distrito Federal, não havendo qualquer dúvida com relação aos deveres da SES/DF, visto que preconiza serviços que fazem parte da assistência integral à saúde em ações de caráter preventivo e curativo, e, dentre eles, garantir acesso a insumos, absorventes higiênicos e coletores menstruais a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social **em unidades básicas de saúde** (art. 2º, § 1º, IV, com a redação da Lei nº 7.051/22).

Além disso, a PAISM constitui-se de serviços do sistema público de saúde do Distrito Federal dirigidos especialmente à atenção integral à saúde da mulher.

Em termos orçamentários, a Política vem prevista no Programa de Trabalho 10.302.6202.4138.2260 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS E ABSORVENTES HIGIÊNICOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL E ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO (LEI Nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

6.779/2021), conta com dotação inicial aprovada na LOA/2022 de R\$ 7,0 milhões. Atualmente a “Despesa Autorizada” é de R\$ 4,984 milhões⁴, sendo que não há execução orçamentária até o momento. A dotação orçamentária é custeada com a Fonte de Recursos 100 (Ordinário não vinculado)

Como se vê, não há impedimento quanto à programação orçamentária, dotação autorizada, sem qualquer execução até o momento.

A distribuição logística, igualmente, não pode ser empecilho, pois a SES/DF já faz a distribuição de diversos itens em Unidades Básicas de Saúde.

Veja-se que na esfera federal, a distribuição será feita por recursos do SUS ou, no caso de detentas, do Fundo Penitenciário Nacional.

Trata-se de medida de proteção à saúde, já que o uso de alternativas precárias traz prejuízo a essas mulheres.

Posto isso, considerando-se que restou comprovado o descumprimento injustificado da norma, o MPCDF oferta a presente Representação, para que o TCDF instaure processo de fiscalização a respeito.

Brasília, 2 de setembro de 2022.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora

⁴ Dotação contingenciada de R\$ 2,016 milhões, conforme consulta ao Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD do Fundo de Saúde do Distrito Federal, Unidade Orçamentária 23901. Fonte: Siggo.